Captação recorde com Lei Rouanet

Desenvolvimento cultural avança em áreas sem tradição na captação

Nos últimos anos, a Lei Rouanet (n.º 8.313/91) ampliou bastante seu espectro de ação. Iniciada com uma captação muito tímida nos primeiros cinco anos dos anos 1990, a lei atingiu seu auge por volta do ano 2000, com cerca de R$ 200 milhões captados por ano. No período de 2001/2002, deu novo salto: pulou para uma média de R$ 350 milhões (praticamente dobrando em relação ao último período). De lá pra cá, o volume total captado não parou de crescer: R$ 431 milhões em 2003, R$ 509 milhões em 2004 e R$ 704 milhões em 2005.

O salto ocorreu em todas as regiões de modo proporcional. Ganharam áreas que nunca haviam tido projetos incentivados. É o caso do Acre. O Estado captou pela primeira vez em 2002: R$ 35 mil. Em 2004, o total saltou para R$ 112 mil. Em 2005, foi a R$ 1,13 milhão, permanecendo acima desse patamar em 2006. O mesmo ocorreu com Pará e Amazonas, que reorganizaram suas metas no último quadriênio. Alguns Estados, como Roraima, não reagiram, continuaram não captando.

O aumento de captação nas regiões mais carentes não representa impacto no porcentual de participação das regiões mais ricas. A Região Sudeste, que representava 82% do volume captado em 2001, caiu para 78% em 2002 e se manteve em 76% nos anos subseqüentes. Algumas, reagiram e obtiveram bons resultados. O Centro-Oeste, que raramente ultrapassava a casa dos R$ 10 milhões, chegou a R$ 22 milhões em 2003, desceu para R$ 16 milhões em 2004 e reagiu em 2005, chegando a R$ 18 milhões. O Sul decolou um pouco mais cedo. Saltou da média de R$ 20 milhões em 2000, para R$ 32 milhões (2001), avançou para R$ R$ 42 milhões (2002 e 2003), R$ 62 milhões em 2004 e R$ 74 milhões em 2005. O Rio Grande do Sul concentra mais da metade do volume captado na região. O pior resultado é de Santa Catarina.

Por segmento na área cultural, a preponderância de projetos incentivados nas artes cênicas é do teatro (68% do total, em média). Nos últimos anos, entretanto, estão sendo registrados crescimentos expressivos do circo (que pulou da média de R$ 2 milhões de 2001 a 2003, para R$ 4 milhões de 2004 a 2005) e da ópera (saiu da casa dos R$ 1 milhão a R$ 2,5 milhões por ano até 2003 para R$ 6 milhões em 2004).

O patrimônio cultural (que engloba acervo museológico, arquitetônico etc.) cresceu significativamente. O volume captado entre 1999 e 2000 foi de R$ 40 milhões ao ano. Entre 2001 e 2002 esse número subiu para R$ 50 milhões, chegando a R$ 90 milhões (2003 a 2004), R$ 135 milhões em 2005. O setor musical segue a mesma linha: R$ 42 milhões em 1999, R$ 58 milhões em 2000, R$ 76 milhões (2001), R$ 52 milhões (2002), R$ 72 milhões (2003), R$ 90 milhões (2004), R$ 143 milhões (2005).

Algumas áreas que nunca haviam captado recursos passaram a ter o seu espaço. O segmento de acervo bibliográfico obteve os seus primeiros R$ 420 mil em 2003 (até então, o setor ainda não havia arrecadado) e subiu significativamente ao longo dos anos até chegar a R$ 1 milhão (2005).

O que se constata é que o desequilíbrio regional pode ser reduzido, mas não eliminado. Trata-se de uma questão de mercado. Estive na Austrália e a crítica dos produtores do interior é a de que o dinheiro está em Sydney. Na França ouvi a mesma reclamação: a maior parte do dinheiro vai para Paris. Se comparar São Paulo à Região Sudeste, veremos que o Estado concentra mais de 50% do total e quase 42% do volume total investido com a Lei Rouanet. O grande volume está na cidade de São Paulo (não há distribuição equânime em toda região). As distorções devem ter soluções graduais. São reflexo do desequilíbrio do País. Já passamos bastante de R$ 3 bilhões investidos em cultura. O investimento é bastante vitorioso, envolve o empresariado e financia um produto estratégico para o Brasil. As distorções se ajustam gradualmente. ■

Fábio de Sá Cesnik é sócio do escritório Cesnik, Quintino e Salinas Advogados, especializado em cultura e Terceiro Setor. Autor dos livros *Globalização da Cultura*, com Priscila Beltrame, *Projetos Culturais e Guia do Incentivo à Cultura*, é advogado da Fundação Bienal de São Paulo.

Tire suas dúvidas

Para obter mais informações sobre patrocínios a projetos culturais escreva para bienart@tpt.com.br